

RACISMO INSTITUCIONAL

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	02
-------------------------	-----------

RACISMO INSTITUCIONAL	04
------------------------------------	-----------

Nos Serviços de Saúde	04
-----------------------------	----

Na Educação	06
-------------------	----

No Mercado de Trabalho	08
------------------------------	----

Na Mídia	10
----------------	----

Na Psicologia	12
---------------------	----

Na Religião	14
-------------------	----

Na Segurança Pública	16
----------------------------	----

Mensagem Final	18
-----------------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	19
---	-----------

REALIZADORES	24
---------------------------	-----------

O QUE É RACISMO INSTITUCIONAL?

“É o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica... o racismo institucional sempre **coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo estado e por demais instituições e organizações**”

Conceito definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967

Atualmente, já é possível compreendermos que, mais do que uma insuficiência ou inadequação, o racismo institucional é um mecanismo capaz de gerar e legitimar condutas excludentes.





TÁ, MAS COMO ASSIM?

O racismo institucional não está na cara como um ato explícito de discriminação de um indivíduo contra outro, como o racismo interpessoal.

Ele é mais difícil de identificar, mas nem por isso menos destrutivo de vidas humanas, e acontece discretamente no cotidiano das instituições.

Sabe quando você percebe que existe um tratamento diferente entre pessoas que estão contratando/recebendo o mesmo serviço, com menos benefícios e oportunidades e mais obstáculos e dificuldades para uma pessoa negra em relação a uma branca?

Isso é racismo institucional.

POR QUE ESSE ASSUNTO É TÃO SÉRIO?

Além de gerar sofrimento para o indivíduo, o racismo institucional mantém um ciclo de desigualdades na distribuição de serviços, recursos, oportunidades e riquezas.

O CAMINHO DA MUDANÇA

No Brasil, em 2005 foi criado o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) para fortalecer a capacidade do setor público de identificar e prevenir o racismo institucional com a criação e revisão de políticas, normas e procedimentos e a capacitação das instituições.

RACISMO INSTITUCIONAL NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

QUEM MORRE MAIS NA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA?

Não é novidade para ninguém que a saúde pública brasileira é insuficiente e precária para todos.

PARA TODOS MESMO?

Não é bem assim. As taxas de morbi-mortalidade - número de pessoas que morrem por causa de uma doença específica - da população negra são mais altas do que as da população geral em todas as idades.

INVISIBILIDADE

Pesquisando as publicações e estudos de saúde do Brasil, por exemplo, há uma infinidade de conteúdo sobre saúde da mulher, mas quase nenhum estudo sobre a saúde da mulher negra.

Isso mostra que a medicina nacional não conhece os problemas de saúde da população negra e, por isso não é capaz de estabelecer políticas específicas para melhor atendê-la e mudar a lógica do racismo institucional na saúde.





MAS A RAÇA FAZ DIFERENÇA NO TRATAMENTO DAS DOENÇAS?

Há várias doenças que afetam mais a população negra do que a população em geral, por diferentes motivos.

Algumas por conta de predisposições genéticas, como a hipertensão arterial, a diabetes melito e a anemia falciforme.

Outras causadas pelas condições socioeconômicas e educacionais impostas historicamente à população negra, como: alcoolismo, dependência química, desnutrição, mortalidade infantil elevada, abortos sépticos, anemia ferropriva, DST, AIDS, doenças do trabalho e transtornos mentais.

E, ainda, o maior adoecimento, como consequência das situações socioeconômicas, nas fases de crescimento, gravidez, parto e envelhecimento.

ANEMIA FALCIFORME E O INÍCIO DO DEBATE

É uma anemia genética e hereditária em que os glóbulos vermelhos se deformam e quebram, que ataca principalmente a população negra.

A anemia falciforme só foi considerada um problema de

saúde pública no Brasil a partir dos anos 90, com programas do governo.

Apesar de serem programas até hoje bastante rasos, foram os que deram início a discussões federais sobre a necessidade de programas para a outras doenças que afetam mais a população negra.

RACISMO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO

UMA LONGA JORNADA DE DISCRIMINAÇÃO

Desde a educação infantil crianças negras sofrem discriminação interpessoal por conta da cor de sua pele, de seus cabelos e de seus traços.

E o racismo institucional reforça e contribui com todo esse sofrimento:

- **Será que as crianças negras se sentem representadas nas imagens que decoram as creches?**
- **Elas podem brincar com bonecas negras?**
- **Tem personagens negros dos desenhos animados e nas histórias contadas na escola? Quando tem eles vão além de simplesmente reproduzir estereótipos para negros e indígenas.**
- **Como elas se sentem quando seus cabelos não são penteados ou tocados?**
- **Entre seus professores, encontram referências de sua raça?**

QUANTAS/OS AUTORAS/ES NEGRAS/OS VOCÊ LEU NA ESCOLA?

Sua resposta provavelmente é nenhum ou muito poucos, já que a maior parte da grade da literatura nas escolas é baseada em autores brancos e europeus. Isso é epistemicídio: a exterminação dos conhecimentos de um grupo étnico subjugado, uma das formas mais fortes de dominação étnica racial.

É um ciclo de domínio que começa pela carência material e pela negação desses grupos ao acesso à educação de qualidade, passando pela inferiorização e deslegitimação da pessoa negra como produtora de conhecimento, gerando comprometimento da autoestima, falta de representatividade e até apropriação cultural.



CONHECIMENTO, REPRESENTATIVIDADE E VOZ PARA MUDAR ESSE CENÁRIO

Há poucos anos, a maioria das crianças se formavam conhecendo a história brasileira somente em que a participação do negro era contada somente pelo viés do autor branco falando de escravidão. Nesse cenário, o combate ao racismo institucional na educação tem acontecido por meio de duas mudanças importantes:

Disseminação do conhecimento sobre a história e cultura afro-brasileira em toda sua complexidade e riqueza

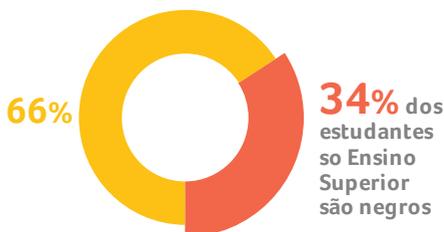
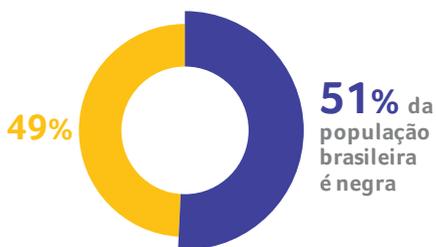
As escolas públicas e particulares, desde 2003, são obrigadas por lei a ensinar sobre a história afro-brasileira e, desde 2008, sobre a história e cultura indígena.

PROTAGONISMO NA EDUCAÇÃO

Ações afirmativas, como as cotas, vêm como uma reparação histórica, uma medida emergencial, que visa (re)colocar o negro em um lugar que lhe foi negado por muito tempo.

Desde 2012 as cotas raciais são obrigatórias nas Universidades e Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Com isso, as universidades estão se diversificando e os povos indígenas, afrodescendentes e imigrantes estão ocupando seus lugares dentro das universidades, protagonizando discussões importantes e deixando de ser apenas objetos de estudo.



RACISMO INSTITUCIONAL NO MERCADO DE TRABALHO

DESIGUALDADE NO ACESSO

As heranças do passado escravocrata, com uma abolição sem a inclusão socioeconômica, colocou a população negra em condição de desfavorecimento no acesso à renda, educação e trabalho.

Mas não é só isso. O racismo institucional perpetua a discriminação no mercado de trabalho. A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) destaca que os negros são excluídos de oportunidades de trabalho independente do nível de sua formação e cargo.

Isso pelo simples fato de terem um fenótipo que os remete à ascendência africana.

Exemplo da consequência desse ciclo é que, em 2012, eram 4 milhões de jovens negros desempregados, quase o dobro dos 2,6 milhões não negros.

CICLO VICIOSO DA DESIGUALDADE



FENÓTIPO

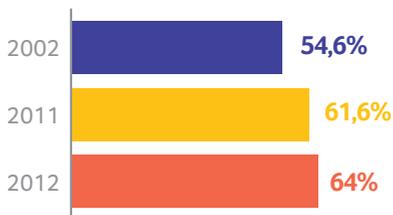
O fenótipo é a expressão do nosso genótipo – nossa constituição genética ancestral – somada às influências do ambiente em que vivemos.

DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS: SALÁRIOS MENORES E EMPREGOS PIORES

A população negra também enfrenta as desigualdades no reconhecimento no dia a dia de trabalho.

A PED mostra que a **diferença entre negros e brancos** no mercado de trabalho tem aumentado tanto em remuneração quanto em oportunidade de desenvolvimento de carreira e cargos.

Em São Paulo, por exemplo, **negros recebem 65,3% a menos por hora de trabalho** do que não negros e essa diferença vem aumentando:



A marginalização da população negra também se reflete na precarização do emprego.

Isso faz com que a maioria dos postos de trabalho sem carteira assinada, trabalhos autônomos e empregos domésticos sejam ocupados por negros.

A maior parcela em funções não regulamentadas e irregulares, com salário inferior ao mínimo nacional também: 27,8% dos jovens negros são remunerados com valor inferior a um salário mínimo, enquanto entre os não negros a taxa é de 15.

RACISMO + SEXISMO: A MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO

Se a gente olhar o caso das mulheres negras, vai ver que elas são ainda mais atingidas por essa estrutura. Segundo dados da Folha de São Paulo, mulheres negras ganham 45% menos do que mulheres brancas, ou seja, quase metade da remuneração da pessoa de pele clara.

RECONHECER PARA TRANSFORMAR

Admitir que existe racismo institucional nos espaços profissionais é o primeiro passo para que a sociedade brasileira comece a transformar essa história. Pesquisas sobre desigualdade racial no mercado de trabalho têm sido essenciais para desconstruir ideias racistas e mostrar que a população negra brasileira enfrenta condições de desvantagens em termos de inserção social.

Os movimentos sociais de representatividade negra também dão passos importantes nesse sentido lutando por políticas de reparação que garantam efetivamente o acesso da população negra aos seus direitos muitas vezes negados desde nascença.



RACISMO INSTITUCIONAL NA MÍDIA

A televisão é um dos principais canais formadores de opinião, com o papel de fazer ver e fazer crer naquilo que se vê. Por isso, a maneira como representa seres humanos com individualidades e características diversas tem grande importância na formação da identidade.

Não podemos falar de televisão no Brasil sem falar das nossas novelas, que reforçam os padrões discriminatórios da visão dos brancos em relação aos negros ao longo de nossa história, causando grande prejuízo às culturas afrodescendentes e sua identidade.

A novela *A Cabana do Pai Tomás*, exibida em 1969, é um exemplo clássico. Mesmo com um elenco com reconhecidos atores negros, escolheu um ator branco para interpretar o protagonista da trama, Pai Tomás, um homem negro! O ator branco, além de fazer o papel de um fazendeiro, ganhou o “papel extra” de protagonista e se pintava de negro, inseria rolhas no nariz para alarga-lo e colocava algodões na boca para imitar a fala típica do preto velho. Um caso marcante de blackface quando essa palavra ainda nem existia.

Diante disso Plínio Marcos publicou uma coluna no extinto *Jornal Última Hora* chamando atenção para o fato de que: em um país com quase 50% de pessoas negras não era normal ter um personagem negro interpretado por um branco. Após a crítica, Pai Tomás foi o último Blackface visto em grandes novelas brasileiras.

BLACKFACE?

O Blackface começou como uma prática teatral em que brancos se caracterizavam de negros de maneira esdruxula, caricata e exagerada, pois os negros não podiam participar do teatro. Hoje, as mídias extinguiram em grande parte o blackface, mas as pessoas ainda perpetuam esse modo de opressão, no carnaval por exemplo.

Embora ainda se note a ausência de representatividade na mídia (novelas, propagandas, jornais, comerciais, revistas e etc.), as empresas têm reconhecido que as pessoas negras não são somente mais de 50% da população, mas também um grande consumidor e ampliado gradativamente a representatividade.

RACISMO QUE REFORÇA ESTEREÓTIPOS NEGATIVOS

Zezé Mota, atriz negra, relata no documentário A Negação do Brasil que, poucos dias após a estreia da novela Xica da Silva (1976), recebeu um telefonema da Rede Globo para buscar um roteiro de uma minissérie.

Chegando lá, o papel era servir doce na festa de aniversário de Clarice Lispector. Zezé se negou a fazer o papel e recebeu a ameaça de que nunca mais conseguiria trabalho na televisão.

Ou seja, mesmo quando temos a presença de representantes negros nas

mídias, geralmente é reservada a papeis de menor importância e que somente reforçam as desigualdades sociais. Ainda nos dias de hoje a televisão reserva aos negros papéis de empregados submissos, motoristas, seguranças, porteiros, garçons...

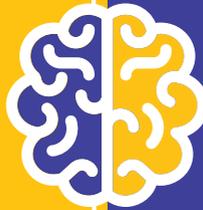
Além dos papeis subalternos, não é difícil encontrar atores negros representando papéis que reforçam estereótipos racistas. Ainda recentemente, em 2014, a rede Globo exibiu a série Sexo e as Negas, reforçando estereótipos da mulher negra como sedutora e hipersexualizada.

RACISMO INSTITUCIONAL NA PSICOLOGIA

SAÚDE MENTAL PARA TODOS?

A psicologia é a área das ciências humanas que estuda a subjetividade e singularidade da constituição de cada ser humano a partir de suas experiência sociais, culturais, emocionais, biológicas e ambientais, com o objetivo de promover a saúde mental para os indivíduos e coletivos.

E até nesse campo da saúde e da vida humana temos duros reflexos do racismo institucional. Se até hoje pessoas negras enfrentam barreiras para ocupar determinados espaços sociais, isso não é diferente no espaço psicoterapêutico.





PSICOLOGIA POR QUE E PARA QUEM?

Com apenas 59 anos de regulamentação, a psicologia foi elaborada e voltada para pessoas mais favorecidas e, por isso, exclui aqueles com menor poder financeiro e mobilidade social.

Apesar da psicologia brasileira ter trabalhos sobre a temática racial, ainda há pouca atenção, em especial na formação do psicólogo, no que diz respeito a compreender o racismo e seus efeitos e a lutar pela construção de estratégias que o combatam.

Com a pouca representatividade de profissionais negros e as lacunas na formação de profissionais não negros sobre questões raciais, a minoria negra que tem acesso aos serviços de psicologia ainda sofre racismo institucional em seu tratamento, com suas vivências relativizadas ou desvinculadas do racismo estruturante de nossa sociedade, por profissionais que negam o sofrimento racial por falta de conhecimento específico sobre a história e seus efeitos.

RACISMO INSTITUCIONAL NA RELIGIÃO

O DOMÍNIO DA TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÃ

Povos de diversas nações africanas, cada uma com seus próprios rituais e tradições religiosas, foram escravizados e tiveram suas culturas, costumes, nome e famílias deslegitimados e foram submetidos a imposição dos senhores de escravos e da igreja católica.

Os colonizadores e a Igreja Católica repudiavam e desconsideravam suas manifestações de fé, considerando apenas o cristianismo como a única fé aceita. Assim, surgiu o mito discriminatório de que os ritos de matrizes africana estavam relacionados a cultos satânicos, uma arma para subjugar e punir os negros que cultuavam sua fé de origem.



A RESISTÊNCIA E A CRIAÇÃO DAS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS

Muitos resistiram e passaram a usar as imagens católicas em seus cultos como disfarce para a prática de sua religião original, evitando a perseguição dos colonizadores. Cada um, porém, tinha um culto diferente, de acordo com sua nação.

Assim, se iniciou a perpetuação no Brasil das religiões de matrizes africanas, como o candomblé e a umbanda, que unem conceitos e práticas dos diferentes cultos de nação, tendo a natureza como força vital para os cultos de seus orixás e entidades, e por vezes o sincretismo dos orixás com os santos católicos que eram usados como disfarce em seus cultos.

VIOLÊNCIA RELIGIOSA

No Brasil ainda vemos grande intolerância com a umbanda e o candomblé perpetuando o racismo.

Essa intolerância gera violência nas relações sociais, que vai desde o uso de nomes pejorativo, deboche frente aos trajes e cerimônias, até a graves casos de ataques a pessoas, templos e sacerdotes.

Também temos episódios de racismo institucional por meio da intolerância religiosa quando, por exemplo, empresas questionam a prática religiosa de um candidato no processo seletivo, escolas proíbem alunos a frequentarem as aulas com instrumentos que expressam sua fé, organizações não consideram em seu calendário flexibilidade de adoção de recessos que respeitem os rituais de tradições que não sejam a judaico-cristã.

DIREITO FUNDAMENTAL

“É inviolável a liberdade de consciência de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma de lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias”

Este é um dos direitos fundamentais do ser humano e, no Brasil, a lei do estatuto da igualdade racial, nº 12.288, assegura a prática religiosa e os locais de culto das matrizes africanas.



RACISMO INSTITUCIONAL NA SEGURANÇA PÚBLICA

ENCARCERAMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA

Somos o 3º País com maior número de pessoas presas, eram mais de 720 mil presos em 2016, sendo 64% pessoas negras.

A taxa de pessoas negras encarceradas é 53% maior que entre as pessoas brancas. Ou seja, a cada 100 mil pessoas, há 292 negros encarcerados, enquanto entre os brancos são 191.

Em 2012, o Instituto Sou da Paz realizou uma pesquisa na cidade de São Paulo sobre as prisões em flagrantes por crimes dolosos (com exceção dos crimes contra a vida ou previstos na Lei Maria da Penha). Os resultados mostraram que a maioria dos presos em flagrante são negros ou pardos:

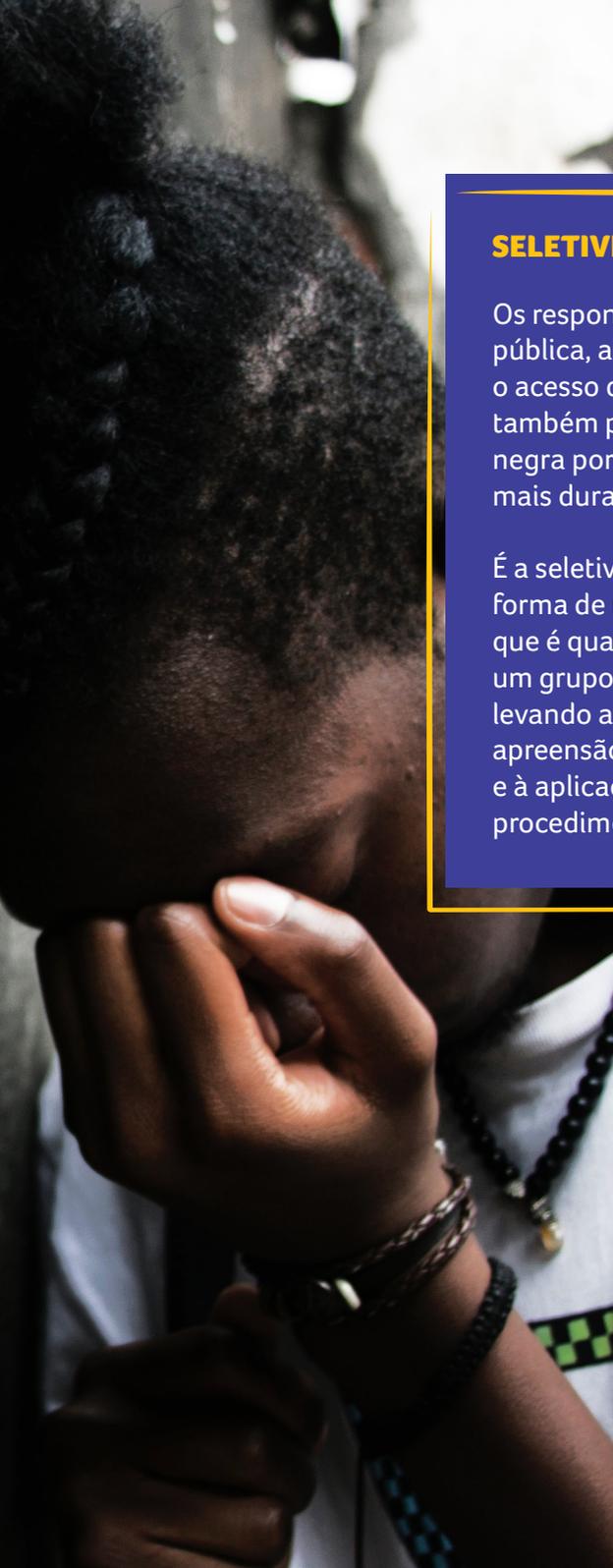
- **Os pardos, que representam 31% da população da cidade, representam 44% dos presos em flagrante;**
- **Os negros, que correspondem a 7% da população, compõem 11% destes presos;**
- **Os brancos, 61% da população residente, são 42% dos detidos em flagrante.**



FALTA DE SEGURANÇA

A população negra também sofre grande desigualdade no acesso à segurança pública, com maiores taxas de homicídios sofridos do que a população branca: a cada três assassinatos, dois são de negros.

A taxa de homicídios de jovens negros no Brasil, com a qual as próprias polícias contribuem de forma significativa com a seletividade penal é bem superior às taxas de mortes de jovens de países em guerra



SELETIVIDADE PENAL

Os responsáveis pela segurança pública, além de distribuírem o acesso de maneira desigual, também perseguem a população negra por meio de uma vigilância mais dura e maiores punições.

É a seletividade penal, mais uma forma de racismo institucional, que é quando a justiça persegue um grupo populacional específico, levando ao constrangimento e à apreensão mais frequentemente e à aplicação desigual de regras e procedimentos judiciais.

Sabemos que o caminho rumo à equidade racial é longo, mas nos alegra construir e dividir produção relevante e afetiva com todas pessoas nessa estrada. A todas e todos aqueles que contribuíram de forma direta ou indireta para a produção dessa cartilha, nosso profundo agradecimento.

Para as pessoas que entrarão em contato com esse material, desejamos que ele seja um instrumento inspirador e transformador. Sigamos em frente, sempre!



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RACISMO INSTITUCIONAL E OS SERVIÇOS DE SAÚDE

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. Editora Saraiva. São Paulo: 2001.

CARNEIRO, Sueli. *Gênero Raça e Ascensão Social*. Estudos Feministas, v. 3, n. 2, p. 544, 1995.

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Resolução CFP N.º 010/2000. Disponível em <http://www.crpssp.org.br/portal/orientacao/resolucoes_cfp/fr_cfp_010-00.aspx>. Acesso em 05 de outubro de 2018.

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Disponível em: <http://www.crpssp.org.br/portal/orientacao/leis/fr_fed_lei4119.aspx> Acesso em: 29 de setembro de 2018.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Gênero*. 1 ed. São Paulo: Boi Tempo. 2016.

FANON, Frantz. *Em defesa da revolução africana*. Terceiro Mundo, Tradução de Isabel Pascoal, Portugal: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

NOGUEIRA, Isildinha B. *Cor e Inconsciente*. Em: KON, Noemi; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane. *O racismo e o negro no Brasil: Questões para psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2007. pags 121-127

SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS,

Hildeberto Vieira. *A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político*. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 37, n. spe, p. 172-185, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000500172&lng=en&nr_m=iso>. Acesso em: 01 Out. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703130002017>.

RACISMO INSTITUCIONAL E A EDUCAÇÃO

BRASIL. Decreto de Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em: 14/05/2018.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339p. Tese de Doutorado em Filosofia da Educação, Faculdade de Educação – FE, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Inclui na LDB a obrigatoriedade do de inclusão da História da África no currículo oficial da Rede de Ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm. Acessado em 18 de maio de 2018.

Outras referências:

<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/11/numero-de-negros-universitarios-cresceu-230-nos-ultimos-10-anos.html>

<https://www2.ufjf.br/noticias/2017/11/20/consciencia-negra- apenas-34-dos-alunos-de-ensino-superior-sao-negros-no-brasil/>

RACISMO INSTITUCIONAL E O MERCADO DE TRABALHO

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE - Projeção da população. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em 22 de maio de 2018.

GÉLEDES - INSTITUTO DA MULHER NEGRA. 5 verdades e mitos sobre abolição da escravatura no país. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/5-verdades-e-mitos-sobre-abolicao-da-escravatura-no-brasil/>>. Acesso em 22 de maio de 2018.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Tempo sociológico, São Paulo, v. 19, n. 1, jun., 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702007000100015&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em 22 de maio de 2018.

G1. Negros ganharam 63,7% do recebido

por não negros em 2014. Disponível em <<http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2015/11/negros-ganharam-637-do-recebido-por-nao-negros-em-2014-diz-seade.html>>. Acesso em 22 de maio de 2018.

SILVEIRA, Daniel. Negros ganharam 63,7% do recebido por não negros em 2014. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/637-dos-desempregados-no-brasil-sao-pretos-ou-pardos-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em 22 de maio de 2018.

DIMENSTEIN, Gilberto. Negras ganham 45% menos do que mulheres brancas. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd191103d.htm>>. Acesso em 22 de maio de 2018.

FRANCEZ, Livia. Pnad: 63,7% dos desempregados no País são negros. Disponível em <<http://seculodiario.com.br/36619/12/pnad-continua-637-dos-desempregados-no-pais-sao-negros>>. Acesso em 22 de maio de 2018.

SANTIAGO, Gilmar. Combate ao Racismo no Mercado de Trabalho. Disponível em <<http://luizamaia.com/artigo-combate-ao-racismo-no-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em 22 de maio de 2018.

RACISMO INSTITUCIONAL E A MÍDIA

ARAUJO, J. Z. A NEGAÇÃO do Brasil. (Documentário). São Paulo, 2000, 1h32min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PrrR2jgSF9M>> acesso em: 25/09/2018

BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane. Mídia e Racismo. Petrópolis, RJ, p. 117-122, 2012. Orgs.

CHAVES, M. L. B. O negro na mídia brasileira. Monografia. UniCeub – Centro Universitário de Brasília. 2008. Disponível em: < <http://repositorio.uniceub.br/itstream/123456789/1951/2/20427316.pdf>>. Acesso em 27 set. 2018.

SANTOS, T. H. N. MIDIA, Representação e raça: o negro na telenovela avenida brasil. Mediação, Belo Horizonte, v. 17, n. 20, p. 16-21, 2015

RACISMO INSTITUCIONAL E O SOFRIMENTO PSÍQUICO

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. Editora Saraiva. São Paulo: 2001.

CARNEIRO, Sueli. Gênero Raça e Ascensão Social. Estudos Feministas, v. 3, n. 2, p. 544, 1995.

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Resolução CFP N.º 010/2000. Disponível em <http://www.crsp.org.br/portal/orientacao/resolucoes_cfp/fr_cfp_010-00.aspx>. Acesso em 05 de outubro de 2018.

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Disponível em: <http://www.crsp.org.br/portal/orientacao/leis/fr_fed_lei4119.aspx> Acesso em: 29 de setembro de 2018.

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Gênero. 1 ed. São Paulo: Boi Tempo. 2016.

FANON, Frantz. Em defesa da revolução africana. Terceiro Mundo, Tradução de Isabel Pascoal, Portugal: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

NOGUEIRA, Isildinha B. Cor e Inconsciente. Em: KON, Noemi; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane. O racismo e o negro no Brasil: Questões para psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2007. pags 121-127

SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 37, n. spe, p. 172-185, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000500172&lng=en&nr_m=iso>. Acesso em: 01 Out. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703130002017>.

RACISMO INSTITUCIONAL E A RELIGIÃO

Cultura e religiões na contemporaneidade [Livro eletrônico] / Lanza, v.2 Fabio[et al.]... (organizadores). – Londrina : UEL, 2013

RACISMO INSTITUCIONAL E A SEGURANÇA PÚBLICA

BRASIL. Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil. Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília. 2014. Disponível em: <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/3230/mapa-encarceramento-jovens.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2017.

BRASIL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização - Junho de 2016. Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília. 2017. Disponível em: http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf. Acesso em: 18 de maio de 2018.

IPEA. Atlas da Violência 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/2852-180604atlasdaviolencia2018.pdf>. Acesso em: 09 de jun. de 2018.

JÚNIOR, Almir de Oliveira; LIMA, Verônica Couto de Araújo. Segurança Pública e Racismo Institucional. In: Boletim de Análise Político-Institucional / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – n.1 (2011) - . Brasília : Ipea, 2011 (p. 21-26). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/livro%20bapi_4_web.pdf. Acesso em: 09 de jun. de 2018.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Trad. Lúcia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SANTOS, Márcia Maria; ALCHIERI, João Carlos; FILHO, Adão José Flores. A história do cárcere no Brasil. In: Encarceramento humano: uma revisão histórica. Gerais : Revista Interinstitucional de Psicologia, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202009000200012#1b

VERDÉLIO, Andreia. Com 726 mil presos, Brasil tem terceira maior população carcerária do mundo. Agência Brasil. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/populacao-carceraria-do-brasil-sobede-622202-para-726712-pessoas>. Publicado em: 08/12/2017. Acesso em:

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil. Flacso Brasil. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2017.

Outras Referências

VARELLA, Drauzio Varella. Estação Carandiru. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Carandiru: O filme. Direção: Hector Babenco; Autor: Dr. Drauzio Varella. São Paulo, Brasil/ Argentina. Produtora: Columbia Pictures do Brasil, 2003. 145 minutos. Fotografia: Walter Carvalho; Trilha Sonora: André Abujamra. Cor: Colorido. Estúdio: Globo Filmes. Baseado no livro “Estação Carandiru” (1999) do Dr. Drauzio Varella. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lgYgQMXLS0>. Acesso em maio de 2017.

Século XXI Onde Tudo é Comum. Gravação/Edição: Fernando Salinas. Literatura e Poesia Marginal “WJ & SAID”. Brasil, 2017. 2 minutos e 42 segundos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PNTK9f5tpzl>. Acesso em: maio de 2017.

Lista de Músicas

JOCENIR. Diário de um detento. Sobrevivendo no Inferno. Intérpretes: Racionais MC's. São Paulo: Casa Nostra, 1997. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=er-bYI9-3hM>. Acesso em: maio de 2017.

Seu Jorge; Marcelo Yuca; Wilson Capellette. A Carne. Do Cócix Até O Pescoço. Intérprete: Elza Soares. São Paulo: Maianga Discos, 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=knlgoc6TAo>. Acesso em: maio de 2017.

CRÉDITOS

FOTOS

Austin Neill - Unsplash
Dexter Chatuluka - Unsplash
Egi Santana / Flica
Jacob Prose - Pexels
Ogo - Pexels
rawpixel.com - Pexels

REALIZAÇÃO

CRP-SP Conselho Regional de Psicologia de São Paulo XV Plenário do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região CRP SP (Gestão 2016/2019)

DIRETORIA

Presidenta | Luciana Stoppa dos Santos
Vice-presidenta | Larissa Gomes Ornelas Pedott
Secretária | Suely Castaldi Ortiz da Silva
Tesoureiro | Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

COMISSÃO DE ÉTICA

Presidente | Rodrigo Toledo

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Conselheira | Ivani Francisco de Oliveira
Coordenadora de Relações Externas | Julia Rezende Ribeiro

CONSELHEIRAS/OS EFETIVOS

Aristeu Bertelli da Silva
Clarice Pimentel Paulon
Edgar Rodrigues
Evelyn Sayeg
Guilherme Rodrigues Raggi Pereira
Larissa Gomes Ornelas Pedott
Luciana Stoppa dos Santos
Maria das Graças Mazarin de Araújo
Maria Rozineti Gonçalves
Monalisa Muniz Nascimento
Regiane Aparecida Piva
Reginaldo Branco da Silva
Rodrigo Toledo
Suely Castaldi Ortiz da Silva
Vinicius Cesca de Lima

CONSELHEIRAS/OS SUPLENTE

Beatriz Borges Brambilla
Beatriz Marques de Mattos
Bruna Lavinias Jardim Falleiros
Ed Otsuka
Ivana do Carmo Souza
Ivani Francisco de Oliveira
Magna Barboza Damasceno
Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo
Guarnieri
Mary Ueta
Maurício Marinho Iwai
Rodrigo Fernando Presotto

CREPOP Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas

Grupo de Trabalho

Mariana da Costa Pedro Nogueira da Luz
Ester Maria Horta
Aline Nascimento Campos Carneiro
Ricardo Xavier de Araújo
Débora Medeiros de Andrade
Everton da Silva Mendes
Tamiris Bezerra Moura da Silva
Rafael Aiello Fernandes
Márcia Santos Miranda

Relatório Técnico: Relações Raciais - Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os).

https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf

Projeto Gráfico e Diagramação:

Estúdio 196 Branding & Design

Texto final e editoração:

Ricca Sustentabilidade